

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, na última sexta-feira eu não estive presente no plenário porque participei de um ato em Presidente Prudente, em frente ao Centro Cultural Matarazzo.

Participei de um ato junto com aposentados, aposentadas, pensionistas, servidores em geral, servidores do sistema prisional que estavam lá. Era um ato para pressionar o governo Rodrigo/Doria a acabar com o confisco, a revogar, a anular o confisco das aposentadorias e pensões, porque ele estaria no ato.

Sra. Presidente, fiquei chocado com o evento que eu presenciei. Eu já sabia que esses eventos estavam acontecendo, mas eu ali, in loco, empiricamente constatei algo tenebroso, jamais visto no nosso estado.

O governo Rodrigo/Doria utilizando a máquina pública. Ele criou ali uma verdadeira farra eleitoreira com a máquina pública e com o erário público, Sr. Presidente, distribuindo centenas de veículos, tratores, máquinas, caminhões, viaturas, que a gente perdia de vista.

Eu trouxe aqui algumas fotos para que V. Exas. vejam. Olha só. Era um evento monstruoso, muito grande. E ele distribuiu aqui o material promocional do governo, dizendo que a região administrativa de Presidente Prudente é composta por 53 municípios. Ele levou 53 prefeitos, câmaras municipais e população fazendo a maior propaganda, Sr. Presidente, eleitoral. Olha só as faixas nos equipamentos públicos.

Não só dele, mas também dos deputados da base do governo, sobretudo os deputados que aprovaram as maldades do governo Rodrigo/Doria aqui em São Paulo. Vejam só as fotos, olha, do Rodrigo Garcia, dos deputados da região fazendo propaganda eleitoral, olhem, caminhões. Sr. Presidente, eu nunca vi algo nesse nível. Fiquei chocado com a instrumentalização dos recursos públicos.

Vamos mostrar mais. Olhem só, eram centenas. Segundo o governo, segundo o material promocional, foram 240 grandes veículos, o próprio governo assume aqui. Eu fotografei, participei do ato junto com os servidores, que foram humilhados pelo governador, porque a assessoria disse que o governador só receberia por 30 segundos esses servidores, de pé e na saída. Uma humilhação total.

O fato é que eu também conversei com vereadores presentes e prefeitos que estavam constrangidos, dizendo: “Olha, deputado Giannazi, eu estou aqui porque eu preciso da máquina, eu preciso do equipamento. Não vou votar nesse governo e nem vou fazer campanha. Agora, eu preciso desse material”.

E eu quero registrar aqui que, na verdade, eu não sou contra a distribuição desses equipamentos, eles são importantes para a população, mas fica clara aqui a instrumentalização eleitoral desses equipamentos.

A questão é essa. Lógico que as cidades precisam de viaturas, de ambulâncias, de caminhões, enfim, de toda a maquinaria. Mas ele não precisava colocar todos no mesmo lugar e fazer uma distribuição com grande ato.

É um absurdo. Isso a 19 semanas da eleição, deputado Gil Diniz. Olha só, com faixas, era uma propaganda ostensiva aberta. E eu pergunto: onde está o Ministério Público Estadual, onde, para fazer uma fiscalização e abrir um processo? Porque isso é propaganda eleitoral antecipada.

Agora ficou muito claro para todos nós que isso foi deliberado já há um bom tempo, pensado, organizado, e eles confiscaram, arroharam aqui os salários dos servidores públicos, colocaram em curso confisco das aposentadorias, aumentaram os impostos, aumentou a contribuição do lamspe.

O governo fez um verdadeiro confisco em várias áreas durante toda a sua gestão para depois fazer a farra eleitoreira. Eu tenho certeza de que o dinheiro das aposentadorias e pensões, o dinheiro confiscado, está exatamente ali, naqueles equipamentos, que são necessários, mas não havia necessidade de o governo organizar um evento.

E ele está organizando esses eventos em várias regiões administrativas do Estado. Outro dia ele estava em Itapetininga, parece-me que hoje, em Araraquara. Então, cada semana é em um lugar, é uma propaganda em cada lugar.

Agora nós estamos, logicamente, tomando as providências em relação a isso, porque isso é proibido por lei. Ele está distribuindo equipamentos na véspera da eleição praticamente.

Nós estamos a 19 semanas da eleição, praticamente a quatro meses do processo eleitoral. E isso caracteriza sim utilização da máquina pública para fins eleitoreiros. E eu fiquei chocado também, deputado Gil Diniz - só para terminar aqui a minha intervenção no dia de hoje - com os deputados da base do governo.

Aqueles que se associaram ao governo Rodrigo/Doria, aqueles que votaram no PL 529, que votaram na Reforma da Previdência, aqueles deputados que votaram na lei dos precatórios, nas leis e nos projetos de lei do governo que prejudicaram imensamente a população do estado. E eles estão, agora, se beneficiando.

- Assai a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

Estavam lá, entregando os tratores, entregando as ambulâncias, e faturando em cima do confisco das aposentadorias, do arrocho salarial, e de tantos outros confiscos que foram colocados em curso durante essa gestão Rodrigo-Doria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado.

Assumindo honrosamente a Presidência dos nossos trabalhos, siga com a lista dos oradores inscritos no Grande Expediente, chamando à tribuna o nobre deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.)

Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. Vossa Excelência tem o prazo regimental de 10 minutos.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente deputada Janaina Paschoal. Retorno a esta tribuna para repercutir um pouco sobre as questões da Segurança Pública.

Estive... o Mecca anunciou, ontem, em Itapeperica da Serra, no maior encontro de veteranos das nossas forças de segurança do Brasil, em Itapeperica da Serra. Agradeço ao Adeval, toda a organização do evento. Grandes amigos lá: coronel Mello Araújo; o Mecca estava lá também; o Renato Bolsonaro; o prefeito de Miracatu, Vinícius. Uma série de amigos que defendem a Segurança Pública.

Conversamos lá, entre outras coisas, sobre o uso das câmeras no uniforme dos nossos policiais e do nosso compromisso de acabar com isso. Ou, pelo menos, regulamentar o que está acontecendo no Estado de São Paulo. É um destemistimo tremendo aos nossos policiais.

Eu lembro vocês: o PSDB, João Doria/Rodrigo Garcia, que prometeu que teríamos as Polícias mais bem pagas do País, que prometeu uma série de coisas aos nossos policiais, não cumpriu absolutamente nada. O que ele conseguiu cumprir, o João Doria/Rodrigo Garcia, foi colocar chuveiro quente para os prisioneiros condenados nos presídios de São Paulo.

O governador foi visitar alguma unidade prisional e notou que os presos condenados tomavam banho de chuveiro frio. Ficou com pena desses bandidos, desses facinoras. E determinou que eles tivessem, nas unidades prisionais, banho quente. Olha que coisa fofa, João Doria, Rodrigo Garcia. Que situação!

O mesmo Rodrigo Garcia que disse, dias atrás - e aí já não tem nada a ver com o tema de Segurança Pública, mas com uma pauta moral -, que fechou o Museu da Diversidade porque eu entrei com uma ação popular, o juiz deu a liminar favorável

a mim, e tirou 30 milhões de reais do Museu da Diversidade. Olha que coisa! Mentira, estão mentindo para vocês.

A bancada do PSOL, na Câmara Municipal, entrou com uma ação popular para reabrir o Museu da Diversidade. Entre outras coisas, me acusam de homofóbico, de transfóbico, e as fobias que vocês entendem. Veja só você, que está em casa. Defender o erário público, defender o teu imposto, o teu suor, que vai para o cofre público, agora é uma fobia.

Para essa galera, é uma fobia. Entrou com uma ação popular e o MP, de ofício, disse que não é com ação popular que eles podem pleitear isso. Já pediu que o juiz negue essa solicitação.

Mas deixo claro, mais uma vez: se Rodrigo Garcia é sua trupe do PSDB quiserem esse museu aberto, eles podem abrir a qualquer momento, não necessitam desse contrato com a Fundação Odeon, com essa OS, de 30 milhões de reais para abrir esse museu.

Mas voltando aqui ao tema da Segurança Pública, já que o Garcia gosta de chuveiro quenteinho para bandido no estado de São Paulo, e o PSDB também. Li, gosto de ler, deputada Janaina, o Diário Oficial. E da semana passada para cá, eu tenho visto em pauta um projeto que me chama a atenção. A gente está construindo um substitutivo, algumas emendas para inviabilizar esse projeto.

Mas eu gostaria que você que está em casa entrasse no site da Alesp, jogasse no Google: PL 296, de 2022. Isso aqui é um culto à “bandiolatria”; é a aquela galera que ama bandido e que hoje tem uma caneta no Parlamento.

Olhem vocês o caput, ali, do Projeto de lei no 296, de 2022: “Dispõe sobre a reserva de 10% (dez por cento) das vagas às pessoas egressas do sistema prisional e egressas ou internas da Fundação Casa, oferecidas em processos seletivos, no âmbito das Escolas Técnicas - Etecs e Faculdades de Tecnologia - Fatecs do Estado.”

E continua ali, no Ar. 1o: “Fica assegurada às pessoas egressas do sistema prisional e egressas ou internas da Fundação Casa, a reserva de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos técnicos e de graduação, no âmbito das Escolas Técnicas - Etecs e Faculdades de Tecnologia - Fatecs, do Estado.”

Art. 2o: “Deverá constar nos editais dos concursos seletivos a previsão de:

I - 5% (cinco por cento), das vagas oferecidas, para pessoas egressas do sistema prisional;

II - 5% (cinco por cento), das vagas oferecidas, para pessoas egressas ou internas da Fundação Casa.”

E continua. A justificativa, não vou... eu vou poupá-los. Sabe, é incrível. É de... De não dormir. Eu ia falar um ditado popular aqui, mas é de não dormir. Imagina você, dona Maria, que tem um filho na escola pública em São Paulo, que mora lá na favela da Vila Flávia, onde eu morei por vários anos. Meira lá, filho da Dona Nena aqui, que estudou em escola pública, deputada Janaina, e se esforçou para fazer um vestibulinho, entrar numa Etec.

Nunca vendi crack na biqueira, nunca furtei absolutamente nada de supermercado, muito embora quisesse levar às vezes uma bola ali. Minha mãe dava um tapa na orelha e falava: “hoje, não; quando a mãe tiver dinheiro, a mãe compra, e você leva”. Nunca prejudiquei ninguém, coloquei uma arma, uma faca no pescoço de ninguém. Ai o Gil Diniz vai lá e faz uma prova na Etec.

Eu lembro disso porque eu fiz uma prova para o Senai, primeiro para o Senai Morvan Dias de Figueiredo, na Mooca, na Rua do Oratório, e passei; fiz dois anos de Senai lá. Morador da periferia de São Paulo. Só muda Senai para Etec. Ai vem um vagabundo da idade do Gil Diniz, que cursou a mesma escola sucateada, que teve a mesma professora no ensino básico, a professora Edilene.

Só que esse coleguinha do Gil Diniz na sala de aula resolveu ir pelo caminho mais fácil; ele resolveu furtar, roubar, traficar. De repente, ele resolveu até estuprar. Porque o projeto não fala que crime que é; só fala de egresso. Parece que é um prêmio, uma medalha de mérito, um troféu.

Vagabundo agora tem troféu no estado de São Paulo. Ai o Gil Diniz ou seu filho vai lá, faz a provainha, tira oito ou tira nove e meio, gabarita a prova, deputada Janaina, mas não está dentro das vagas suficientes para cursar uma Escola Técnica Estadual ou uma Faculdade Técnica, a Fatec.

Vai o bandido, canalha, estuprador, assassino, conseguir essa vaga. É isso, dona Maria, que você quer para o seu filho? Ao lado, numa sala de aula de uma Etec, de jovens de 14, 15, 16 anos aqui em São Paulo.

É isso que você quer para o seu filho? Não é o que eu quero para o meu. Meu filho Natan tem 13 anos, passou num vestibulinho muito concorrido. E passou, deputada Janaina, graças às professoras da escola estadual que ele tinha. Mérito delas, e dele também.

O meu filho Davi fez 11 anos ontem. Parabéns, Davi. Feliz aniversário. No mesmo dia em que o Mecca. O Mecca também fez aniversário ontem. Logo mais, vai disputar também o vestibulinho. Eu não quero o meu filho ao lado de um criminoso, maior de idade ou menor de idade, ali em uma sala de aula.

Então, já deixo consignado aqui ao proponente do projeto que eu vou fazer de tudo para sepultar esse projeto, para sepultar esse culto à bandiolatria aqui em São Paulo.

Porque não é, senhores, 10% aos policiais que me ouvem, não é 10% para os filhos de vossas senhorias, não é 10% para os funcionários aqui da Assembleia Legislativa da faxina, pessoas que ganham 900, 1000 reais para limparem aqui os nossos banheiros, as nossas privadas.

Minha mãe foi diarista, deputada Janaina, faxineira. Me sustentou lavando muita privada. Eu ia com ela ao trabalho dela e ajudava quando podia, e eu tenho orgulho disso.

Não há demérito nenhum. Agora, senhores, prestigiar, promover, premiar ladrão, bandido, estuprador, canalha, a gente não pode aceitar algo como isso. A gente tem que repudiar todos os dias nesta tribuna, novamente, esse culto aos bandidos no estado de São Paulo. Um projeto como esse só promove a violência no estado de São Paulo, só promove a marginalidade no estado de São Paulo.

Porque hoje marginal em São Paulo tem prêmio, deputada Janaina, assinado por legislador, assinado por deputado. É prerrogativa dele, obviamente, fazer esse tipo de excrescência aqui na Assembleia de São Paulo, mas é prerrogativa nossa também limpar essa excrescência do Parlamento Paulista, e você, povo de São Paulo, povo de bem, tem neste deputado aqui um aliado no combate à bandiolatria em São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente, se houver acordo aqui entre as lideranças, levantar a presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Eu sempre dizia em sala de aula, deputado Gil, que nós temos que tomar cuidado para não premiar o erro.

Às vezes a pessoa até tem uma boa intenção de trabalhar em prol de uma recuperação, de uma reinserção, mas tem que tomar muito cuidado para não dar as mensagens erradas para a sociedade. Não premiar o erro.

E essa situação que V. Exa. identifica se verifica em muitos outros programas. Nós poderíamos até promover uma audiência pública aqui. Como o estado vem errando ao premiar o erro e, ao punir quem se esforça, quem faz o certo? Então, é uma reflexão bem importante essa que V. Exa. traz ao plenário na data de hoje.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 33 minutos.

ERRATA

Inclua-se na 11ª Sessão Ordinária, de 11/05/2022, publicada no D.O.E. - Caderno Poder Legislativo de 14/05/2022 – página 12, 3º coluna.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou abrir meus comentários de hoje falando do deputado José Américo. O José Américo, do PT, foi presidente da Câmara Municipal.

Eu estive aqui nesta Casa durante seis mandatos. Seis mandatos. Ganhei seis eleições. Em 2010, eu perdi. Fui para a Câmara Municipal. Lá, a Presidência da Câmara era do vereador José Américo. Quando cheguei lá, me disseram os procuradores: “Aqui não tem imunidade. Vocês, vereadores, não são como na Assembleia, que tem imunidade. Vereador não tem imunidade”.

Só que eu queria colocar aqui que, no tempo que fiquei por lá, seis anos, na Presidência do José Américo, nunca houve um problema para qualquer vereador daquela Casa, porque o presidente José Américo fazia contato com o Ministério Público, com o Poder Judiciário e inclusive com o prefeito de São Paulo, o Haddad, na época, defendendo as colocações dos vereadores. Então, é bom colocar aqui.

Hoje a gente vê o contrário. Eu estou nesta Casa há muito tempo. Em 89, foi aprovada a Constituição de São Paulo. Aqui estavam os deputados Campos Machado, Barros Munhoz, Mauro Bragato e eu.

Estamos vendo agora muitos meninos deputados e muitas meninas deputadas se alvorando para punir deputados desta Casa, só que está aqui escrito que o deputado é inviolável.

Não sou eu que estou falando, é a Constituição de São Paulo: “Os deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos”. É o Art. 14 da Constituição de São Paulo. O Campos Machado estava aqui e aprovou isso aqui. Não caiu do céu, não.

E volto a repetir: a gente é inviolável criminalmente. Eu cheguei a ser condenado no governo Fleury porque defendi delegados de polícia aqui em um concurso fajuto para delegado da Polícia Civil. Acabei sendo condenado a pagar 500 mil reais civilmente.

Aí mudaram a Constituição. Nós brigamos e mudou. Os deputados são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas palavras, opiniões e votos.

Então, o deputado, aqui na tribuna, ele é inviolável, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o deputado é inviolável. Eu pergunto à bancada do PT: Eu sou capitão reformado da Polícia Militar, vim para cá como capitão. Como é que eu posso vir aqui fazer um discurso contra o secretário, o general Campos? Se derrubarem isso aqui?

Eu me apresento preso, porque se eu não for mais inviolável... Eu não sou mais deputado? Não vale o que eu falo? Então, é bom todo mundo parar e pensar no que está fazendo.

O pessoal está usando, está trabalhando na emoção. Eu acho que está na hora de trabalhar na razão. Independente de quem seja o deputado, o que ele falou, o que ele fez.

Agora, eu acho que isso aí deve ser analisado na Constituição de São Paulo. Porque... Como é que colocou mesmo, deputado Dr. Jorge do Carmo? Quando vira, onde pega todo mundo... Como é que é?

Então, tem uma frase... Eu sou punido por uma coisa e depois você entra na mesma coisa. Cria-se jurisprudência. É isso, deputada Janaina? Pune o deputado que falou aqui, virou jurisprudência. A Assembleia aprovou, está lá. E vai todo mundo responder.

Então, é bom a gente colocar esses dois lados, porque o deputado Frederico d’Avila..., mas a gente precisa entender esse lado também. O que o deputado pode falar aqui nesta tribuna? O que ele pode fazer e o que ele pode falar?

Porque se não é bom fazer o regulamento lá de quem pode falar. O bispo... É o bispo? Tudo bem. Mas não é só o bispo que é autoridade eclesiástica, tem pastores também, tem policiais.

O dia que alguém falar de um coronel aqui está arriscado ser preso também, se derrubarem a Constituição. Então, é bom... Somente isso é a minha colocação.

Inclusive, no caso do deputado Frederico d’Avila... Frederico d’Avila. Deputado Frederico. Dois promotores alegaram a Constituição de São Paulo, é isso? Que você não podia ser punido pela Constituição de São Paulo?

Aqui, por gentileza. Você pode falar aqui? São dois promotores públicos aí na sua ação? Porque nós estamos brigando por causa do bispo, mas não é problema do bispo. Está cheio de autoridade aí.

O SR. FREDERICO D’AVILA - PL - A Constituição Federal também.

O SR. CONTE LOPES - PL - A Constituição Federal. Mas foram promotores que foram favoráveis devido à Constituição Federal e Estadual. Você é inviolável nas suas palavras.

Então, a gente está punindo a pessoa de bronca. Porque um é católico, o outro gosta do bispo, mas é por aí a ação penal? Que processe criminalmente. Entra com o processo, vai lá e entra com processo. Vai lá e processa na justiça.

Agora, o próprio deputado... Os deputados se reúnem aqui e vão criar jurisprudência, porque a partir daí todo mundo vai parar nisso, não é? Então é o fim da picada.

Falava o deputado Campos Machado que essa seria a pior legislatura desta Casa. Vossa Excelência também tem muitos... E está parecendo que é mesmo. Tudo aqui é Conselho de Ética.

O cara fala uma coisa, Conselho de Ética. O outro fala outra coisa, tudo Conselho de Ética. Vamos criar um Conselho de Ética bom agora, não é? Agora, se virar política...

Ontem, por exemplo, teve decisão no Conselho de Ética. O Olim ganhou por seis a quatro, o deputado Olim. Se tivesse mais um contrário, ele iria perder. Então, nós vamos ficar a vida inteira nos Conselhos de Ética. Tem que se preparar para o Conselho de Ética agora.

Agora, o deputado Barros Munhoz votou nisso aqui. O deputado Barros Munhoz fez essa Constituição aqui. Que o deputado é inviolável pelas suas palavras, quaisquer palavras.

Não faz mal se ele xingou o bispo, o padre, o pastor, o governador. Porque todo mundo chega aqui e xinga o governador. Ontem mesmo, dois deputados xingaram o governador de canalha. Vai entrar nisso aqui ou não vai? O bispo não pode xingar, mas o governador pode xingar de canalha?

Eu também xingo, ué. Eu sou um que não vou mais falar aqui. E é bom, então, até tirar o Pequeno e Grande Expediente, não precisa... Acaba com isso aí. Acaba com o Pequeno e o Grande Expediente que ninguém fala mais.

Porque a única coisa que eu acho que o deputado tem na vida é poder... é discutir politicamente. O deputado Enio Tatto cobrava “fica falando do Lula”. Eu vou falar de quem? Eu tenho que falar, tenho que cobrar do Lula, tenho que cobrar do João Doria. Tem que cobrar. É a minha função aqui.

Não adianta eu ir no PT pedir voto, ninguém vai votar em mim. Senão, eu ia lá no PT pedir voto.

Doria, 2 por cento. Rodrigo Garcia, 1 por cento. Ai o Rodrigo Garcia me tira um delegado daqui, o Eder. O governador transferiu um delegado de polícia da Assembleia Legislativa porque o delegado tirou uma fotografia com um candidato.

Não dá pra entender essas coisas. Nesse aspecto, eu sou obrigado a dar a mão à palmatória ao PT. O PT pelo menos cumpre a palavra. O PT tem palavra, não faz essas coisas. Não faz essas coisas.

Eu falei aqui: no início do Deputado José Américo.

Foi presidente na Casa lá, na Câmara, onde nós não somos invioláveis não, mas veja se alguém mexia com vereador lá. Nem o prefeito mexia conosco; ele segurava. Para quem não sabe, o vereador Donato, quando presidente da Casa, fez uma estátua de bronze para o Wadhi Mutran. Nós inauguramos na Câmara Municipal, que era do PDS o Wadhi Mutran.

Aqui é o contrário. É um que quer ferrar o outro. Eu nunca vi um negócio desse no mundo aí.

Então o deputado Campos Machado está certo. Eu nunca vi. Um quer matar o outro, o outro quer ferrar o outro. Espere aí! Política é assim mesmo. Tem eleição, você luta no seu partido, vai buscar voto. Não precisa matar ninguém. Então é isso o que eu acho. Agora, o que eu estou falando está na Constituição de São Paulo.

Se aprovarem isso aí vocês vão criar jurisprudência e outros deputados vão ter o mesmo problema e no ano que vem, de acordo com a bancada, se ganhar o Haddad, por exemplo, coitados de nós, porque o PT vai jogar todo mundo lá no Conselho de Ética. E se ganharmos, nós também vamos jogar o PT no Conselho de Ética e o PSOL junto também.

Então é assim que vai funcionar a Casa? Pelo amor de Deus, todo dia uma briga, todo dia um camarada indo para o Conselho de Ética, todo dia uma confusão?

Mas o meu problema principal é esse aqui: Barros Munhoz votou, criou esta Constituição; Campos Machado criou; Mauro Bragato criou esta Constituição. Não caiu do céu não. Foi um ano de briga para aprovar a Constituição de São Paulo.

Eu estava aqui. Agora vão tirar a inviolabilidade do deputado por causa do Frederico d’Avila porque ele é amigo do Bolsonaro? Quando estávamos aqui também, nobre deputado, um deputado do PT, nós tínhamos direito a aposentadoria como tem o deputado federal, os senadores. Ai o Roberto Gouveia do PT resolveu... O Roberto Gouveia ia na sauna comigo.

Tinha uma sauna aqui. Nós iamos na sauna. Lá você tomava banho na sauna. Às vezes você ia num programa de televisão... Na sauna, tinha um cara cardíaco e um cara que era deficiente visual, mas quando foi jogado na imprensa parecia que era um piquenique. A gente tomando uisque, deitadão na sauna.

A sauna era para tomar banho; nós tomávamos banho mesmo na sauna. Ai até encontrava o Roberto Gouveia lá várias vezes, porque eu fazia programa de rádio, ia tomar banho para voltar para a sessão às duas horas.

O Roberto Gouveia resolveu acabar com a aposentadoria. Meu Deus, quando ele falou aquilo a imprensa toda veio e quem segurava mais? E acabou com a aposentadoria mesmo. Ai o ganhei seis eleições...

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - O senhor me dá um aparte?

O SR. CONTE LOPES - PL - Eu vou dar daqui a pouquinho, primeiro eu vou ganhar seis eleições. Eu ganhei eleição de 1986 a 2010; perdi em 2010. Eu passei a receber, deputado Campos Machado, o meu salário de vinte dias de capitão da polícia, que eram três contos. Não fique pensando que todo mundo ganha eleição aqui não. Tem um dia que você perde.

Aliás, depois de 24 anos, quando fui sair daqui até a minha televisãozinha que eu tinha lá os caras foram fiscalizar se era minha ou não. É bom a gente colocar isso. Ainda fui ajudado pelo deputado Campos Machado e pelo Frederico d’Avila para arrumar um emprego lá no Palácio. E foi uma briga para arrumar, e foi uma dificuldade para arrumar, porque você tem que pagar conta.

Então é bom todo mundo ver as situações. E no dia que eu encontrei o Roberto Gouveia ele falou: “Que gadaga que eu fiz, hein, Conte?”. Porque ele tinha perdido também e sofreu as consequências. Então é bom a gente acabar... Se acaba com isso aqui, depois vocês vão ver o que vai acontecer.

Eu provavelmente nem vou estar muito aqui, mas os caras vão estar. Vai xingar o governador, o cara vai (Inaudível.): “Espere aí. Vocês não cassaram o cara porque xingou?”. Para um aparte, nobre deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado, obrigado pelo aparte, mas só para dizer que o deputado Roberto Gouveia não acabou com a aposentadoria. Acabou com os dois mandatos com aposentadoria, que era o que tinha em todos os estados do Brasil.

O SR. CONTE LOPES - PL – Não, senhor.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Porque a depender do seu certo tempo de trabalho você pode se aposentar.

O SR. CONTE LOPES - PL - Não ele, fomos nós.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Foi votado na Assembleia Legislativa.

O SR. CONTE LOPES - PL - Então, só que aconteceu isso. Nós derrubamos, eu... Não tinha jeito de votar contra. Nós votamos (Inaudível...) derrubamos, só que o que aconteceu? Perdemos a aposentadoria. Não entrou na era que o cara tinha que recolher para o INSS. Então no dia que você perdia a eleição, você perdia tudo; nem no INSS você tinha.

No geral, como todo mundo, só que o pessoal antigo ficou com a aposentadoria; só os novos que saíram. Os antigos, viu, nobre deputado Barba, os antigos que estavam aqui ficaram com a aposentadoria. Nós perdemos, mas os antigos estão aposentados até hoje. Frederico d’Avila, quer falar?

Então só estou colocando isso. Dois mestres aqui do direito, Barros Munhoz, do Largo São Francisco, Campos Machado, professora Janaina Paschoal, Dr. Jorge, profissional do Direito, está aqui na Constituição, e vocês querem tirar? Depois não vão reclamar. “Ah, o cara ficou com raiva do outro, o cara está num partidinho pequeno”.

Vai, manda ele ir embora, por que ele foi falar do prefeito, do governador, do prefeito da cidade dele, do pastor da cidade dele? Porque não é só o bispo lá de Aparecida, não. Tem padre para todo lado. O dia que der uma pisada na bola vai entrar aqui a mesma coisa, ué, o cara falar de alguém.

O deputado pediu desculpa, pediu perdão aqui, veio aqui e pediu desculpa pelo que ele havia falado. Então eu só queria colocar isso. Vamos pensar bem na Constituição de São Paulo porque nós estamos abrindo mesmo uma porteira aí para depois passar a boiada.

Depois não adianta querer segurar porque o próprio promotor fala: “vocês não votaram? Jurisprudência, vocês cassaram, por que a gente não pode cassar esse outro? Por que esse outro não pode ser cassado? Porque ele é do PT? Porque ele é do PL? Porque ele é do PTB?” Então é bom a gente verificar isso.

Volto a repetir: eu acho que nós estamos entrando num problema constitucional. É constitucional, nesse caso específico. Pode se fazer ou não pode? A autoridade não é só do bispo Odilo. Tem todos os pastores, são autoridades eclesiásticas, os policiais, como eu estou falando. Quero ver o Major Mecca subir aqui e falar do general, do general Campos, do Exército Brasileiro, que é o secretário de Segurança Pública. Você vai ser preso, eu também.

Se você não tem a imunidade de deputado, de poder falar, ele manda o Exército vir te buscar aqui, e aí? Alguém segura? A imunidade é isso, é você poder falar o que você pensa. Agora, fala aqui. Não gostou? Processa o cara criminalmente, civilmente. Se vai ganhar ou não é outro problema. Agora nós mesmos vamos começar a cassar a pessoa? Agora, se o cara chega aqui também e vira inimigo de todo mundo é um outro problema, é problema do cara. O cara consegue brigar com todo mundo e não tem nenhum amigo, aí... Só foi cassado aqui até hoje que eu vi o Hanna Garib, que já veio com um pepino lá de fora, e foi cassado aqui.

Então a minha colocação é essa: vamos pensar na Constituição de São Paulo, que foi aprovada aqui para dar imunidade pelos votos e pelas palavras dos deputados. Se derrubar isso, tenho certeza de que vocês vão sofrer com isso no futuro.

O Ministério Público vai entrar, a Polícia vai entrar. A hora que falar alguma coisa e não interessar politicamente àquele deputado, ele vai sofrer as consequências. Então o que eu queria colocar, Sr. Presidente, realmente é isso. Que se veja o que está escrito na Constituição de São Paulo, se quiser derrubar. Ou então faz uma PEC, tira isso aqui da Constituição, aí pode dar punição, cassar, fazer o diabo.

Obrigado, Sr. Presidente.